

OESP - 25/07/92

HLR00437

Projeto de lei quer mudança na tutela do índio

Proposta que será votada no Congresso sugere a tutela vinculada ao grau de aculturação

ELZA PIRES

BRASÍLIA — A tutela do índio pelo Estado está novamente em discussão depois que o cacique caiapó Paulinho Paiaçá foi acusado do estupro de uma jovem de 18 anos no sul do Pará no mês passado. Um projeto de lei que será apreciado em agosto pelo Congresso sugere diferentes formas de tutela para o índio dependendo do grau de aculturação. Por este projeto, a tutela dos 250 mil índios brasileiros e das 180 nações existentes no País estaria vinculada à aproximação com a cultura dos brancos. A proposta é da deputada Teresa Jucá (PDS-RO), relatora da Comissão Especial da Câmara encarregada de elaborar o novo Estatuto do Índio.

A instituição da tutela, dada de 1916, quando os índios ainda eram chamados de silvícolas, foi mantida no Estatuto do Índio de 1973, ainda em vigor, e continua sendo a base do projeto do governo que tramita no Congresso. Outros dois projetos, elaborados pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e pelo Núcleo de Direitos Indígenas, sugerem que a tutela seja mantida apenas enquanto assistência à saúde e educação dos povos indígenas. Alega-se que, segundo o artigo 232 da Constituição de 1988, os índios passam a ter direito a acionar o Ministério Público em caso de necessidade.

Independente do grau de aculturação, até hoje nenhum índio brasileiro fez uso do ar-

tigo 9º da lei 6.001 de 1973, que prevê o fim da tutela desde que solicitada em juízo. Para a deputada Teresa Jucá, o episódio Paiaçá é "um bom exemplo" para justificar o fim da tutela. "Hoje todos os índios são considerados iguais e incapazes, portanto continuam tutelados e protegidos", alega a deputada.

Sem Incentivos — O índio Jorge Miles Terena, funcionário da Secretaria do Meio Ambiente, acha um perigo definir diferentes graus de aculturação para os povos indígenas. Ele afirma que o índio, de uma maneira geral, não tem a menor idéia do que seja tutela e acredita que, se ela acabar, também acabarão todos os incentivos da Funai às comunidades. Terena disse que houve, ao longo dos tempos, uma inversão entre tutores e tutelados. "O tutor se aproveitou da tutela, lesando o próprio tutelado", disse, lembrando que a Funai sempre incentivou os índios a vender madeira e permitir a exploração de minério em suas terras.

Para o presidente da Funai, Sidney Possuelo, o debate continua em aberto enquanto não for aprovado o relatório da comissão especial, instituída em novembro do ano passado, com poder de decisão para elaborar o novo Estatuto do Índio. Ele considera que a lei atual está ultrapassada e deve ser adequada aos novos tempos em que grupos indígenas assimilaram a cultura branca.

Substituto prevê proteção do Estado

BRASÍLIA — O fim da tutela para os povos indígenas significa que eles passam a ser responsáveis pelos seus atos, como os brancos na maioria. Mas a tutela, prevista no Estatuto do Índio, não interfere em casos de ilícito penal. A diferença é que, devido à tutela, os índios recebem do Estado assistência jurídica especial. Além disso, na aplicação da pena, tem direito a ficar detido em postos da Funai ou próximo da aldeia.

Para o procurador Wagner Gonçalves, da Coordenadoria do Índio da Procuradoria Geral da República, a tutela impede que o índio não aculturado seja vulnerável aos interesses econômicos dos brancos. Se trocar ouro por pequenos objetos, por exemplo, a Justiça poderá anular o ato graças à tutela. O projeto de lei que poderá substituir o atual Estatuto do Índio, prevê a troca da tutela por um mecanismo de proteção pelo Estado, dos atos e negócios dos índios que tragam prejuízos à comunidade indígena. (S.S.)

Indigenistas defendem alterações

CRISTINA MÜLLER

A tutela do índio está sendo usada como mecanismo de repressão. A afirmação é da secretária da Cultura de São Paulo e membro da Comissão de Índios do Brasil, Marilena Chauí. Há uma semana, um grupo de 26 indigenistas, entre eles, a secretária Marilena Chauí, organizou um encontro em São Paulo para discutir o novo Estatuto do Índio. O grupo defende a tese de que o Estado deve substituir a tutela dos índios por mecanismos para mediar as relações culturais entre as

nações indígenas e a sociedade brasileira.

"O que mais preocupa são os índios que tiveram pouco contato com a sociedade branca, como os urueu-uaú-uaú e os lanomâmis", comentou a secretária Marilena Chauí, acrescentando que tribos mais ou menos aculturadas deveriam receber tratamento diferenciado dentro da legislação. De acordo com a secretária, o caso do caiapó Paulinho Paiaçá é especial por tratar-se de um índio que tem pelo menos a consciência parcial do crime que pode ter cometido. "Ainda assim, não

há a palavra estupro na língua dele", afirmou Marilena. A violência sexual entre os caiapós é um fato conhecido entre os antropólogos.

A assessora da Procuradoria da República, Memélia Moreira, disse que Paulinho Paiaçá abdicou de quaisquer privilégios como tutelado ao apresentar-se à polícia e que está sendo julgado como um cidadão igual aos outros. "A partir do momento em que o índio compreende intrinsecamente o que é a sociedade branca, pode ser tratado como um de seus membros", explicou.